

DESAFIOS AOS DOCENTES QUE ATUAM JUNTO A ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA: O QUE APONTAM OS DADOS

Carla Roberta da Silva Gonçalves¹

Ricardo Luiz de Bittencourt²

Resumo: O presente artigo objetivou analisar os desafios apresentados por docentes que atuam junto a estudantes com deficiência na implementação da educação inclusiva a partir das suas experiências. A pesquisa foi desenvolvida em uma instituição pública da rede regular de ensino de Santa Catarina com oito professoras participantes. Os dados foram coletados por meio de entrevista semiestruturada. Por meio das entrevistas, as professoras apresentam alguns desafios que dificultam a inclusão e contribuem para que não se sintam preparadas para atuarem de forma inclusiva. Os relatos evidenciaram que a inclusão escolar ainda é um desafio que necessita ser enfrentado por todos, pois apesar das conquistas, muito ainda precisa ser feito para que a cada dia o que está proposto em lei seja de fato assumido pela escola.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Educação Especial. Desafios. Inclusão. Professoras.

CHALLENGES TO TEACHERS WHO WORK WITH STUDENTS WITH DISABILITIES: WHAT THE DATA POINT OUT

Abstract: This article aimed to analyze the challenges presented by teachers who work with students with disabilities in the implementation of inclusive education based on their experiences. The research was developed in a public institution of the regular teaching network of Santa Catarina with eight participating teachers. Data were collected through semi-structured interviews. Through the interviews, the teachers present some challenges that hinder inclusion and contribute to making them not feel prepared to act in an inclusive way. The reports showed that school inclusion is still a challenge that needs to be faced by everyone, because despite the achievements, much still needs to be done so that every day what is proposed by law is actually assumed by the school.

Keywords: Inclusive Education. Special education. Challenges. Inclusion. Teachers.

¹ Mestra em Educação pela Universidade do Extremo Sul Catarinense. Integrante do Grupo de Pesquisas Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. E-mail: csantos1909@yahoo.com.br.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Docente Permanente no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE. Líder do Grupo de Pesquisas Políticas, Saberes e Práticas de Formação de Professores. E-mail: rlb@unesc.net

DESAFIOS PARA LOS DOCENTES QUE TRABAJAN CON ESTUDIANTES CON DISCAPACIDAD: LO QUE SEÑALAN LOS DATOS

Resumen: Este artículo tuvo como objetivo analizar los desafíos que presentan los docentes que trabajan con estudiantes con discapacidad en la implementación de la educación inclusiva a partir de sus experiencias. La investigación se desarrolló en una institución pública de la red regular de enseñanza de Santa Catarina con ocho docentes participantes. Los datos fueron recolectados a través de entrevistas semiestructuradas. A través de las entrevistas, los docentes presentan algunos desafíos que dificultan la inclusión y contribuyen a que no se sientan preparados para actuar de manera inclusiva. Los informes evidenciaron que la inclusión escolar sigue siendo un desafío que debe ser enfrentado por todos, pues a pesar de los logros, aún queda mucho por hacer para que cada día lo propuesto por la ley sea efectivamente asumido por la escuela.

Palabras llave: Educación Inclusiva. Educación especial. Desafíos. Inclusión. Docentes.

INTRODUÇÃO

A sociedade, ao longo da História, passou por muitas transformações, algumas delas relacionadas à luta de alguns grupos sociais por direitos e políticas públicas adequadas, o que contribuiu muito para a produção de muitas mudanças históricas que podem ser constatadas na contemporaneidade. Grupos que historicamente foram excluídos passaram a ter seus direitos reconhecidos e as questões ligadas à deficiência são pautas de discussões em diferentes segmentos da sociedade. Embora muito se tenha avançado, há ainda a necessidade de se movimentar no fortalecimento das políticas de inclusão colocadas o tempo inteiro à prova na sociedade brasileira.

A Constituição Federal, promulgada em 1988 (BRASIL, 1988), destacou a relevância da garantia do direito à educação para todos e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Com isso, as minorias que eram excluídas, como as pessoas com deficiência, passaram a ter a garantia de direitos e acesso a novos espaços e possibilidades de aprender e se desenvolver. Todavia, é fundamental compreendermos que o processo histórico de construção dos direitos não foi algo dado, mas construído por meio da organização dos movimentos sociais que foram historicamente excluídos, oprimidos e que buscam uma sociedade mais igualitária.

Apesar dessas conquistas, ainda vivemos em uma sociedade que não respeita as diferenças, polariza as discussões e é desigual. As contradições fazem parte desse movimento contínuo de superação do modo como compreendemos o outro. Neste contexto, temos o professor e o estudante que são frutos dessa sociedade que ainda está em processo para se tornar inclusiva.

O presente estudo surge das reflexões realizadas ao longo das nossas experiências como docentes na Educação Básica e nos convoca a refletir sobre a educação inclusiva no contexto atual e seus desafios. Nessas experiências fomos percebendo o crescimento significativo do número de estudantes com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), com Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e com Altas Habilidades/Super Dotação (AH/SD), que antes eram segregados ou colocados em escolas especiais e hoje, com as políticas de inclusão estão sendo matriculados nas escolas regulares.

A implementação dessa política de educação inclusiva vem trazendo à prática docente novos desafios, como infraestrutura adequada para o desenvolvimento, a formação continuada dos profissionais da educação, assim como o empenho da comunidade escolar para atuar em uma concepção mais inclusiva.

Nas últimas décadas, o sistema educacional brasileiro passou por inegáveis avanços, houve mudanças também na formação dos professores e nas práticas educacionais, com o objetivo de promover a inclusão escolar em todos os níveis, e o aprendizado ao longo de toda a vida. Leis e diretrizes foram criadas na tentativa de assegurar esses direitos, a inclusão avançou significativamente e, atualmente, está amparada por leis como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), que aborda normas destinadas a assegurar e a promover, em igualdade de condições, o exercício dos direitos às pessoas com deficiência.

Contudo, a educação inclusiva ainda está em processo de construção, não existindo um consenso sobre a melhor forma de promovê-la. As posições assumidas em relação à inclusão escolar se dividem na defesa a favor das escolas especiais ou na matrícula dos estudantes no ensino regular e especial concomitantemente. Muitos

são os questionamentos sobre o papel da escola e qual o tipo de formação necessária para essa escola inclusiva que se almeja.

A inclusão escolar requer professores que busquem identificar e atender às necessidades desses estudantes, auxiliando na remoção de barreiras e contribuindo para uma inclusão escolar efetiva. Muitos professores ainda dizem que não se sentem preparados para receber os estudantes com deficiência no ensino regular.

No cenário atual, passa a ser exigido que os professores estejam preparados para a realidade dessa escola inclusiva, entendendo quem é esse estudante “diferente” que muitas vezes é rotulado pela deficiência, ou por um CID (Classificação Internacional de Doenças), que o coloca em desvantagem perante os outros ditos “normais”.

A diferença é vista como alguma coisa que foge do padrão estabelecido, que se desvirtua do esperado como sendo normal, como algo desconhecido. Para Skliar (1999, p. 21), “[...] a diferença passa a ser definida como diversidade que é entendida quase sempre como a/s variante/s aceitáveis e respeitáveis do projeto hegemônico da normalidade”. Apesar de existir um discurso de valorização das diferenças, na prática ainda há falta de informação e, algumas vezes, o preconceito ainda persiste, indo na contramão dessa perspectiva de escola para todos.

Este artigo apresenta inicialmente a introdução, posteriormente a metodologia, e a educação inclusiva, discute-se sobre os desafios apresentados pelas professoras entrevistadas, em seguida análise dos dados e por fim, a conclusão.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO CONTEXTO ATUAL

Segundo Carvalho (1999), a Declaração de Salamanca propõe ações a serem assumidas pelos governantes, assegurando que a educação de pessoas com deficiência integre o sistema educacional, assim surge no Brasil a inclusão escolar.

O movimento pela inclusão busca ampliar a ação da escola em relação ao processo de ensino e aprendizagem e seus desdobramentos, contemplando as necessidades educacionais especiais de todos os alunos, independente de suas singularidades. Assim temas como gestão participativa da escola, formação inicial e continuada, diversidade e educação, necessidades

educativas especiais, entre outros, passam a integrar as agendas governamentais e a direcionar o debate acerca da inclusão (FERNANDES, 2011, p. 80).

Com a inclusão, educandos com deficiência, que, por diversos motivos, não frequentavam a escola regular, começaram a ter esse direito. Mas, muitos profissionais, não se sentiam preparados para lidar com as diferenças, especificamente com os estudantes com deficiência.

Mantoan (2003) destaca que se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente assumir uma perspectiva de educação que valorize as diferenças, livre de preconceitos e que seja voltada para a cidadania global e plena:

Por tudo isso, a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2003, p. 39).

Para que a educação inclusiva se torne realidade, são muitos os desafios a serem enfrentados, sobretudo, na perspectiva de ressignificar a escola valorizando as diferenças e atendendo a todos sem nenhuma discriminação:

É, pois, na tensão entre o passado, presente e o futuro/presente, ou seja, entre os anseios por teorias totalizadoras/unificadoras, de um lado, e da busca de novos paradigmas que possam dar conta das singularidades e de suas contradições, de outro, que têm emergido as discussões sobre as diferenças e as igualdades (SKLIAR, 2006, p. 16).

Em nossa experiência, percebemos o desafio que é para qualquer professor receber esse estudante em sala de aula em sua “diferença”. Seja um professor mais experiente ou iniciante, o sentir-se pouco preparado por não saber o que fazer poderá se materializar na prática docente. Além dessa questão, os próprios processos escolares, mais focados em normalizar, em obter um grupo homogêneo, também não contribuem com a prática do professor no processo de inclusão.

Não existe uma “receita” a ser seguida, ou seja, não há um passo a passo para a inclusão. É preciso que o professor desenvolva um olhar mais inclusivo para esse

outro, com sensibilidade, sem preconceito, julgamentos prévios, ou rótulos. Para que a inclusão aconteça realmente, a comunidade escolar inteira precisa estar comprometida com a inclusão. Skliar (2006, p. 32) afirma que “não há mudanças educativas num sentido amplo, significativo, sem um movimento da comunidade educativa que lhe outorgue sentidos e sensibilidades”. A escola deve propiciar amplas discussões com todos os envolvidos no processo pedagógico, na busca por oferecer oportunidades, propiciando a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os estudantes, independentemente da deficiência.

Atualmente percebemos que através da legislação, um número significativo de estudantes com deficiência foi inserido no contexto escolar. Contudo, ainda se ouvem relatos de famílias que tiveram a matrícula de seu filho negada em função da sua deficiência, ou que tiveram de esperar por muito tempo até que um segundo professor fosse designado para o estudante.

No ano de 2020, o Decreto nº 10.502 da Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2020), que deveria ser mais um documento visando avanços para os estudantes com deficiência, na prática, tira a obrigatoriedade da escola comum em realizar a matrícula de estudantes com deficiência. O documento permite, assim, a volta desses estudantes para escolas especializadas, o que é visto por grande parte dos grupos que lutam pela inclusão como um retrocesso para a educação inclusiva no país, por permitir segregar esses estudantes. Qualquer forma de exclusão fere o direito à educação.

Isso demonstra que, apesar das leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência, na prática, as famílias ainda precisam lutar para terem os direitos garantidos. Momentaneamente, o Decreto nº 10.502 (BRASIL, 2020) foi suspenso por decisão judicial. Segundo o ministro Dias Toffoli, o decreto contraria o modelo de educação inclusiva, ao deixar de dar prioridade a matrícula desses educandos na rede regular de ensino. Ao analisarmos o histórico do processo de inclusão, são identificados avanços e retrocessos pelos quais as pessoas que lutam em prol da inclusão passaram.

Dessa forma, percebemos o quanto as políticas públicas são importantes para garantir os direitos das pessoas com deficiência, evitar retrocessos e avançar na

implementação da educação inclusiva. Mas elas por si só não dão conta dessa garantia, é necessária uma sociedade reflexiva, que entende, luta e cobra seus direitos.

DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: O QUE APONTAM OS DADOS

O estudo apresenta uma das categorias analisadas na pesquisa “Educação inclusiva no ensino regular: Desafios apresentados aos docentes que atuam junto a estudantes com deficiência”, defendida como dissertação de mestrado em educação, realizada no Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE na Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, no ano de 2022. E buscou analisar os desafios apresentados por docentes que atuam junto a estudantes com deficiência na implementação da educação inclusiva. O percurso metodológico utilizado foi a pesquisa com abordagem qualitativa. A escolha desse tipo de pesquisa se deu por acreditar ser a mais adequada para realizar uma investigação no ambiente escolar, focando na percepção e experiência dos docentes. “A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] os problemas são estudados no ambiente em que eles ocorrem naturalmente, sem qualquer manipulação intencional do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 11).

Para alcançar o objetivo deste estudo, foi utilizada a pesquisa exploratória e a entrevista semiestruturada foi escolhida como técnica para coleta dos dados. Já a definição da escola pesquisada se deu por ter um número maior de professoras atuando com alunos com deficiência. Os sujeitos da pesquisa foram oito professoras regentes em uma escola pública municipal pertencentes a um município da região da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC). A seleção das oito professoras teve como critério terem estudantes incluídos nas séries iniciais do Ensino Fundamental, e com a graduação em Pedagogia, como formação mínima.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, que permite ao entrevistador, a realização de perguntas complementares. Segundo Lüdke e André, (1986, p. 34),

“permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”.

[...] Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não verbais, hesitações, alterações de ritmo, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e validação do que foi efetivamente dito. Não é possível aceitar plena e simplesmente o discurso verbalizado como expressão da verdade do mesmo que pensa ou sente o entrevistado. É preciso analisar e entrevistar esse dado a luz de toda aquela imagem mais geral e depois confrontá-lo com outras informações da pesquisa e dado sobre o informante (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34).

As entrevistas foram agendadas previamente por contato via telefone e, posteriormente, realizadas de forma individual na escola que disponibilizou um local para a sua realização. As entrevistas ocorreram durante os dias de conselho de classe, por ser indicado pela Direção da escola como sendo o momento mais propício, algumas ocorreram no período da manhã, outras à tarde, todas no ano de 2021. As professoras entrevistadas permitiram a gravação no dispositivo de celular. Ao serem concluídas as entrevistas foi realizada a transcrição em um arquivo Word. Para preservar a identidade dos entrevistados foram utilizados nomes fictícios e todos os participantes da pesquisa assinaram o termo de consentimento e livre esclarecido que estão em posse dos pesquisadores.

Durante as entrevistas, solicitamos que as professoras falassem sobre quais desafios dificultam a implementação da inclusão dos estudantes com deficiência. As professoras trouxeram muitas informações, referindo-se à inclusão dos estudantes com deficiência na rede regular de ensino e os desafios deste processo. A professora Ana trouxe alguns apontamentos relatando-os de forma detalhada:

Quando eu cheguei na sala e vi como ela é uma criança alegre, que tem uma percepção de mundo, ela só não escuta, então qual o meu desafio hoje é eu ter que voltar a estudar, voltar a aprender, mas é por que eu não quero, não, é por que eu tinha quarenta horas, a gente trabalha, a gente tem os desafios da família, cansada, vou ter esse desafio e vou ter que aprender, então esse é o desafio, a gente que é professora tem que estar sempre em formação, mas aí vem esse desafio totalmente novo [...].

A entrevistada destaca a formação como uma dificuldade a ser superada e as implicações trazidas com o voltar a estudar. A conciliação de tempo para se dedicar a uma nova formação, ao trabalho da escola, com demandas que são levadas para casa e o tempo para a família, aspectos que acabam refletindo no desafio inicial apresentado pela professora que era essa nova formação, o aprender algo totalmente novo.

Outro apontamento trazido pela professora Ana apareceu de forma recorrente nas respostas das entrevistadas, em diferentes questionamentos, dando a entender que é algo que impacta de maneira geral na tarefa de ensinar dentro de uma perspectiva inclusiva: “*Tem os desafios que às vezes a gente pega as turmas muito cheias de alunos, com muitas crianças, que aí também já tem uma dificuldade maior [...]*”.

Diante dos relatos da professora Ana, fica evidente que os desafios apresentados por ela dificultam o processo de inclusão. As experiências vividas pela professora evidenciam a importância da formação adequada para a efetivação da inclusão, fazendo com que a professora se perceba despreparada, gerando um sentimento de medo e insegurança diante do desconhecimento e da tarefa de incluir.

Percebemos que há similaridade nas respostas das professoras Ana e Bete, a seguir, quando levantam novamente a questão das salas cheias, atribuindo a isso a impressão de um desafio, no seu cotidiano escolar, a inclusão.

[...] Mas as maiores dificuldades então são as salas cheias, lotadas, é onde há dificuldade tanto quanto a essas crianças que têm deficiência, como aquelas que têm dificuldade de aprendizado, que a gente também acaba excluindo, acaba não tendo a oportunidade de estar ajudando mais e também deixando de auxiliar um pouco esses nossos que terminam rápido né, devido a essas crianças também que nós precisamos ter mais tempo para elas.

Bete traz em suas vivências um dos grandes desafios enfrentados pelos professores quando se propõem a ensinar de acordo com o que prevê a educação inclusiva: ensinar a todos com qualidade. Com turmas cada vez mais heterogêneas, com ritmos e modos de aprendizado muito diferentes, surgem as dificuldades já apresentadas pela professora e o questionamento: como ensinar a todos com qualidade? Mantoan (2011, p. 59) faz outros questionamentos relacionados ao tema:

De que qualidade estamos falando? Outras interrogações derivam dessa questão principal, tais como: que práticas de ensino ajudam os professores a ensinar os alunos de uma mesma turma, atingindo a todos, apesar de suas diferenças? Ou como criar contextos educacionais capazes de ensinar os alunos? Mas sem cair nas malhas de modalidades especiais em programas vigentes, que nada têm servido, para que as escolas mudem para melhor.

A autora provoca reflexões sobre o trabalho do professor e o nosso sistema de ensino. Diante disso, surge outro questionamento: o sistema de ensino vigente propicia contextos educacionais, com práticas de ensino em que seja possível o professor ensinar a turma toda? Pelo apontado até agora, pouco se tem de concreto; a maioria das professoras aponta questões que dificultam, como salas de aula lotadas, falta de conhecimento específico e de orientação, que inclusive aparecem de forma recorrente.

Nesse sentido, essas questões acabam tornando o trabalho do professor ainda mais complexo, pois a inclusão prevê um ambiente em que a diversidade seja valorizada. Muitas vezes, os processos no ambiente escolar estão pautados de forma que os estudantes com deficiência não são considerados.

A professora Carla traz a falta de orientação como algo que dificulta a inclusão e aborda sobre a questão do preconceito e descrédito, inclusive da própria família do estudante com deficiência:

O que dificulta é a orientação, o principal desafio é esse, e o acolhimento, eu acho que ainda existe um pouco isso, já se perdeu bastante, logo quando começou a se falar sobre educação inclusiva, ainda se questionava muito, sobre a criança estar na escola regular [...]. Já mudou bastante, mas eu acho que esse ainda é um desafio assim sabe eu acho que ainda existe um pouco de exclusão em relação a isso, da própria família também.

O trabalho do segundo professor, assim como o do regente, é complexo, requer um profissional que atue de forma conjunta com os demais professores da turma, e consiga articular, planejar e organizar, adaptações curriculares, flexibilizações e procedimentos metodológicos diferenciados, que atendam às necessidades específicas de cada estudante. Necessitando habilidades para que ele seja capaz de ensinar e incluir a turma toda e, dessa forma, possa promover a inclusão.

De acordo com o relatado na entrevista da professora Daniela, fica evidenciado que essa não é a realidade encontrada na sala de aula, visto que ela desponta como uma das questões que dificultam a inclusão. Acerca da falta de preparo de algumas profissionais para exercerem o cargo de segunda professora, diante das necessidades e exigências inerentes às demandas diárias da função:

Primeiro vamos começar lá pela chamada de ACT, a gente começa por ali, ali já está errado ao meu ver, por que eu acho que pra você trabalhar com uma criança com deficiência, você precisa conhecer o que você vai fazer, por que às vezes vem algumas meninas que elas caem de avião ali dentro da sala, elas não sabem nem o que estão fazendo. Eu acho que elas teriam que estar cursando o magistério, enfim, conhecer o que estão fazendo, depois ter cursos na área, por exemplo dar um curso de autismo [...]. (Daniela)

A fala da professora Daniela: “*Você precisa conhecer o que você vai fazer, porque às vezes vêm algumas meninas que elas caem de avião ali dentro da sala*”, “*elas não sabem nem o que estão fazendo, [...]*”. Demonstra um despreparo do profissional que atua diretamente com o estudante com deficiência, mesmo esse tendo uma tarefa complexa, sendo, na maior parte do tempo, o responsável por propor ações que promovam o desenvolvimento e a inclusão do estudante.

Daniela exemplifica situações vivenciadas em sala de aula com o segundo professor, que vão na contramão de tudo que vimos como o ideal para que a inclusão seja efetiva:

Que o segundo professor, ele não sirva assim só de como eu vou te dizer, tem uns que eles entram, e não sabem o que vão fazer, ele fica ali com o aluno parado, esperando um milagre do céu que não vai acontecer. Ele tem que ir atrás, eu falo isso porque eu peguei umas segundas professoras que olha, elas ficaram o ano todo ali, mas se eu não chegar do lado delas e falar, fulana vamos tentar ver se ele faz isso, a isso ele não pode, aquilo ele não pode. Eu acho que a gente não pode dizer que ele não pode, a gente tem que mostrar que ele pode [...].

Conforme o relato da professora, percebemos um preconceito, um desmerecer em relação ao estudante com deficiência, que muitas vezes acaba recebendo um segundo professor com conhecimentos aquém do professor titular. De acordo com os relatos, podemos observar que existe um descrédito em relação às potencialidades do estudante com deficiência, nesse caso, por parte do segundo professor.

De acordo com o pensamento de Mantoan (2015), é necessário partir do pressuposto que todos sabem alguma coisa, sendo fundamental que o professor tenha expectativas altas em relação ao estudante. Utilizando uma pedagogia integradora que seja capaz de ensinar a turma toda, respeitando o tempo e o jeito de aprender de cada um.

A professora traz ainda outras situações relevantes, como a falta de acesso a documentos que orientem sobre o estudante, suas principais possibilidades e necessidades:

Ter acesso a pareceres, aquilo ali ajuda, deixa registrado, trabalhei até aqui, consegui isso, algumas sugestões, dicas, informações. Porque aí chega na sala de aula, não conhece o aluno, não tem parecer, não sabe o que é a sua função, e isso tem que ser bem especificado [...].

A entrevistada faz críticas referentes ao processo de contratação, apontando questões referentes ao trabalho do segundo professor, assim como a falta de acesso aos documentos referentes ao estudante com deficiência foi apontado pela professora como uma situação que dificulta a inclusão, ela também entende que, ao ter esse acesso, isso seria uma possibilidade de superação de algumas dificuldades.

Cabe salientar, contudo, a necessidade de uma atenção, um cuidado no desenvolvimento desses pareceres, pontuando sempre as possibilidades e as especificidades do estudante, desconstruindo a ideia do déficit, ou da impossibilidade dessa ou daquela deficiência, pois dessa forma o documento poderia ser mal interpretado, rotulando este estudante e tendo um efeito contrário.

Já a professora Elaine traz em seus relatos uma fala impregnada de sentimentos e tentativas de trazer soluções para superar situações que segundo ela fizeram com que esse ano letivo fosse muito desafiador, especificamente por ter em sua turma um estudante com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA):

O que pode possibilitar o aluno a ser incluído e fazer aquilo que dá prazer a ele, não naquilo que ele tem aversão, por que se uma criança dita normal, já é difícil a gente fazer ele realizar uma atividade que ele não gosta, um aluno com deficiência é três vezes mais difícil, então eu acredito que a inclusão é feita quando dá prazer as duas partes, a quem está incluindo e a quem está sendo incluído. A partir do momento que eu crio um bloqueio, que eu forço ele a fazer algo que não dá prazer a ele, isso não é inclusão. Então o aluno

com deficiência, ele deveria participar da escola em determinados momentos, talvez né não cabe a nós, mas talvez aulas alternadas, dias alternados [...].

Como já vimos, são muitos os desafios trazidos pela educação inclusiva, e não saber lidar com essa complexidade em sala de aula pode acabar gerando sentimentos, de medo, dúvida, ou resistência por parte dos professores, dessa forma, não se sentem preparados para promover a inclusão. Sabemos que não existe uma receita para lidar com os estudantes com deficiência, mas Cunha (2008, p. 83), aponta alguns caminhos para recebermos uma criança com TEA e promovermos a inclusão:

Ao receber uma criança com autismo, evidencia-se a impossibilidade de atuarmos sob a lógica da prontidão, e dos objetivos e planejamento pré-concebidos, com a organização de espaços e tempos rígidos. Faz-se necessário investir tempo no conhecimento desse aluno através do cotidiano escolar para que se possa estabelecer as estratégias pedagógicas e reconhecer as possibilidades de aprendizado. A garantia incondicional a escola comum permite que a complexidade inerente a condição humana desencadeie os processos de mudança desejados para uma educação inclusiva, ou seja para todos.

Como traz a autora, uma educação inclusiva é para todos, diante disso, ela se torna desafiadora, pois a escola sempre esteve baseada em processos que privilegiavam a formação homogênea, na qual todos deveriam aprender da mesma forma e ao mesmo tempo. É nesse modelo de escola que algumas das professoras participantes da pesquisa se constituíram em sua profissão. Diante desse histórico, e da fala da professora Elaine, fica evidenciado o quanto também é complexo esse se sentir preparada: *“Eu acredito que a inclusão é feita quando dá prazer às duas partes, a quem está incluindo e a quem está sendo incluído”*. Fica evidenciado, diante dos relatos, o quão desafiador é conseguir colocar em prática a inclusão prevista em lei.

A professora Fabiana traz em sua entrevista respostas sempre objetivas, sem exemplificações nem aprofundamento. Referente ao questionamento sobre o desafio para o processo de inclusão ela aponta o preconceito:

O desafio da união com os colegas, se eles não estiverem bem com os colegas eu acredito que o resto prejudica até na hora de fazer um trabalho coisa assim.

Já na entrevista da professora Gabriela, a questão da falta do segundo professor aparece de forma recorrente em suas respostas, demonstrando que foi uma situação que causou forte impacto no seu trabalho:

Eu acho que dificulta, porque não tem o segundo professor, não que ele é uma dificuldade para dar aula, assim se tu estás sozinha é difícil, mas se tu tens o segundo professor é tranquilo. Ter um ajudante, ter um segundo professor, a gente trabalha com o todo e o segundo professor trabalha com aquele aluno, por que daí ele consegue, e o aluno consegue até ter uma aprendizagem.

A professora aponta que a situação que dificultou a inclusão dos estudantes com deficiência foi lecionar durante todo o ano sem ter uma segunda professora. Segundo seus relatos, um estudante apresentava alguns indícios que levavam a crer que ele teria uma deficiência e necessitaria de uma segunda professora. A escola encaminhou o estudante para uma avaliação com a equipe responsável pela avaliação e diagnóstico para somente assim ter direito à segunda professora. De acordo com o relato da entrevistada, a família não levou o estudante para avaliação, o que contribuiu para que o estudante não tivesse acesso ao direito de ter uma segunda professora por não ter a deficiência comprovada.

Assim como outras professoras, Helena fala sobre o preconceito com os estudantes com deficiência, ela abordou especificamente dos professores e aponta esse como sendo um dos desafios que dificultam a inclusão:

A aceitação de todos, a gente sabe assim que nem todos os professores têm o coração aberto, essa palavra está preparada, a partir do momento que eu estiver com coração aberto eu vou buscar. Mas a gente sabe que nem todos tem esse coração aberto e um olhar mais voltado para inclusão[...]. Então penso eu, que seja a deficiência que for, o principal desafio é a aceitação, de professor, colegas, família e sociedade em geral.

Como se pode ver, a educação inclusiva é realmente desafiadora, exigindo dos professores reflexão e ação sobre sua práxis, além de disposição para aprender e lecionar em um modelo de ensino em que o ensinar é coletivo, mas o aprender muitas vezes é um processo individual, no qual cada um aprende no seu tempo e do seu

modo. Dessa forma, fica evidenciada mais uma vez o papel significativo do professor para o processo de inclusão.

Aquele que se dispõe a ensinar a turma toda deixa de lado o falar, o copiar, e o ditar como recursos didático-pedagógicos. Ele não será mais o professor palestrante, identificado com a lógica de distribuição de ensino, que pratica a pedagogia unidirecional “do A para o B e do A sobre o B”, como afirmou Paulo Freire nos idos de 1978. Ao contrário, partilhará com os alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula (MANTOAN, 2015, p. 78).

As professoras, em sua maioria, trazem apontamentos sobre os desafios que dificultam a inclusão e que são contribuições a serem analisadas, como salas com turmas lotadas, falta de qualificação, o processo de contratação do auxiliar sem deixar claro quais são as suas atribuições, o preconceito, a falta de orientação e muitas outras situações que tornam o processo de inclusão tão complexo.

Como visto, os desafios são grandes, mas a inclusão escolar é necessária para assegurar a todos os estudantes com deficiência que estejam não apenas inseridos na escola, mas fazendo parte do processo de aprendizado. A ruptura dos processos de exclusão que perpetuaram por anos na educação é possível, mas exige professores dispostos e, como visto, não é uma tarefa fácil, mas “certamente o professor que participa da caminhada do saber com os alunos conseguem entender melhor as dificuldades e as possibilidades de cada um” (MANTOAN, 2015, p. 78), e consegue estar mais alinhado aos princípios da educação inclusiva.

Vale reafirmar que se entende a inclusão não como um processo de responsabilidade do professor, mas sim como algo que requer mudanças em todo o contexto escolar, para que seja um processo permanente, com compartilhamento de deveres, ideias, sentimentos e ações entre professores, gestores e famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou especificamente dar ênfase ao olhar dos professores que atuam junto a estudantes com deficiência e, assim, compreender melhor a educação inclusiva e seus desafios. A educação inclusiva traz em seu

conceito um importante diferencial, que é incluir a todos sem distinção e, embora isso esteja amparado legalmente, é possível perceber que ainda existem muitos desafios na implementação da inclusão, que acabam criando um distanciamento entre o que é proposto nos documentos legais e a realidade das escolas. Nesse sentido, a pesquisa buscou conhecer e analisar a realidade escolar de oito docentes que atuam junto a estudantes com deficiência, e refletir sobre os desafios da educação inclusiva.

A partir das questões analisadas, percebeu-se a relevância da formação dos professores (orientações, capacitações, formação inicial e continuada), fato que conforme relatado pelas professoras acaba impactando no seu cotidiano escolar, sendo considerado um dos desafios de significativa relevância para a implementação da inclusão prevista em lei.

Foi percebido também que ainda existe uma confusão conceitual por parte de algumas professoras, não tendo bem claro ainda o que é a inclusão, relacionam situações do período da integração, como o estudante com deficiência estar na escola regular junto dos demais estudantes, como se isso por si só, o “estar junto”, já fosse considerado inclusão, entre outras questões. A ausência de uma compreensão clara sobre o conceito de educação inclusiva, e do processo como um todo, pode levar à má interpretação de como promovê-la, tornando-se um obstáculo na inclusão.

O acolhimento, a aceitação e o preconceito com os estudantes com deficiência aparecem durante as falas das professoras; elas entendem que já houve mudanças no modo de ver esse estudante e no processo de inclusão escolar, mas ainda existe, em alguns casos, preconceito e falta de aceitação. Assim como a falta de acolhimento, tanto por parte dos colegas de sala quanto por parte de alguns professores, das próprias famílias e da sociedade em geral.

Durante a pesquisa, foi possível identificar nas falas de algumas professoras que ainda existe a dificuldade de aceitação do estudante considerado diferente na escola regular, principalmente aqueles com deficiências com graus mais severos, como com TEA.

A família tem um papel essencial na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, e ter o entendimento sobre os conceitos, diagnóstico, os direitos e os

procedimentos necessários para acessá-los, faz toda a diferença na inclusão e na vida do estudante.

Percebemos que as preocupações em torno dos desafios acabam contribuindo para que as professoras tenham receio em atuar junto a estudantes com deficiência. Isso gera ansiedade, angústia e insegurança e essas questões acabam colaborando para que elas não se sintam preparadas para a complexidade do trabalho docente na perspectiva inclusiva, dificultando o processo de inclusão.

É necessária uma revisão no processo de contratação dos profissionais auxiliares de turma, já que grande parte dos que são admitidos tem sua formação inferior a do professor titular. Para que a real inclusão aconteça, onde todos estão inclusos em todo o contexto escolar, e não somente na sala de aula, é necessário que o estudante com deficiência seja percebido como sendo parte integrante da comunidade escolar, assim como a inclusão dele, que deve ser percebida como sendo de responsabilidade de todos e não somente da professora ou da auxiliar. Todos deveriam ter o direito a uma educação de qualidade, independentemente de ter deficiência ou qualquer outra questão.

Observou-se nas falas de algumas professoras que, muitas vezes, o movimento de inclusão ocorre como uma ação isolada, que depende da “força de vontade”, ou do professor “ter amor no coração”, referindo-se a ele ir em busca dos recursos e formas para que a inclusão ocorra com amorosidade e força de vontade. Consideramos todos esses princípios e atitudes nobres, mas a inclusão que se almeja requer a colaboração de todos os profissionais da escola, pais e comunidade em geral. É necessário realizar um trabalho em conjunto, em prol da inclusão escolar, para que ela não seja de responsabilidade apenas do professor, ou do auxiliar, e que ocorra em toda a escola, não apenas naquela sala onde foi necessário um esforço individual, como uma ação louvável, mas solitária.

Outro ponto que chama atenção diante dos apontamentos trazidos pelas professoras é a formação, que elencamos como ponto fundamental para a inclusão, tanto a inicial quanto a continuada. O momento atual requer professores preparados para o processo de inclusão, então, torna-se essencial promover ações com o objetivo de fornecer conhecimentos necessários ao futuro professor para que ele se sinta

capaz de atuar de forma inclusiva, bem como a sensibilização e a reflexão sobre a educação inclusiva. Assim como conscientizar sobre a importância não apenas de inserir o estudante em sala de aula para o cumprimento da lei, mas a inserção plena dele, como prevê a inclusão.

Compreendemos que a escola já mudou, quando a sociedade lutou pelos direitos das pessoas com deficiência, foram aprovadas leis, realizaram políticas públicas e a escola precisou se adaptar, mas muito ainda precisa ser feito. Tanto pelos governantes quanto pela sociedade em geral, que deve estar sempre atenta para que retrocessos não sejam permitidos e para que a inclusão prevista no papel seja a mesma que ocorre na escola.

Acreditamos que é possível a inclusão de estudantes com deficiência nas escolas regulares, mas para evoluir na direção do que rege a política de inclusão, são necessárias mudanças, uma reorganização no sistema, possibilitando condições para que a escola seja inclusiva como a prevista em lei, atendendo a todos, com espaços e currículos que possibilitem práticas inclusivas.

Reconhecemos todas as conquistas da inclusão ao longo dos tempos, contudo entendemos que ainda há um caminho longo a ser percorrido para a efetivação da inclusão conforme o que está previsto em lei. Uma tarefa que requer que os desafios sejam enfrentados, na busca por possíveis formas de superá-los, com o esforço integrado, com estrutura escolar adequada, e toda a equipe escolar mais preparada e envolvida, enfim, profissionais da educação com melhores condições de trabalho, familiares e comunidade em geral mais conscientes e atuantes no processo de inclusão. Somente com o empenho de todos, os desafios serão superados, e será possível proporcionar aos estudantes com deficiência uma educação de qualidade.

Esperamos com este trabalho, a partir dos relatos das professoras, mostrar um lado da inclusão que nem sempre são levados em consideração: o olhar dos professores que atuam junto a estudantes com deficiência, e apontar alguns desafios da inclusão, assim como sensibilizar para a importância da educação inclusiva, principalmente aqueles que atuam junto a estudantes com deficiência. É preciso plantar a semente da inclusão desde a Educação Infantil, para que assim tenhamos

estudantes com deficiência nas universidades e, conseqüentemente, preparados para a vida.

A inclusão é um sonho possível!

REFERÊNCIAS

BARIFOUSE, Rafael. Decreto de Bolsonaro para alunos com deficiência é retrocesso de 30 anos, diz pedagoga da Unicamp. **BBC News Brasil**, 28 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3PB9JKQ>. Acesso em: 25 jul. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial**, 01dez. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>. Acesso em: 23 fev. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <https://bit.ly/3j0eQEs>. Acesso em: 26 nov. 2021.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Secretaria Geral, 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3gPxX27>. Acesso em: 16 set. 2021.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SECADI, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3Py4rQ1>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC; SEESP, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3yZmZB7>. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Suspensa eficácia de decreto que instituiu a política nacional de educação especial**, 1 dez. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=456419&ori=1>. Acesso em: 18 fev. 2023.

CARVALHO, Rosita Edler. **Integração e inclusão: do que estamos falando?** In: BRASIL. **Salto para o futuro: educação especial: tendências atuais**. Brasília, DF: Ministério da Educação; SEED, 1999. p. 35-44.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. Rio de Janeiro: WVA, 2000.

Criar Educação, Criciúma, v. 12, nº2, ago/dez 2023.– PPGE – UNESC – ISSN 2317-2452

CUNHA, Patrícia. A criança com autismo na escola: possibilidades de vivência da infância. *In*: MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 83-88.

FERNANDES, Sueli. **Fundamentos para a educação especial**. Curitiba: Ibpex, 2011.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade. *In*: MANTOAN, Maria Tereza Eglér (org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GONÇALVES, Carla Roberta da Silva. **Educação inclusiva no ensino regular: desafios apresentados aos docentes que atuam junto a estudantes com deficiência**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-graduação em Educação, Criciúma, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér *et al.* **Pensando e fazendo educação de qualidade**. São Paulo: Moderna, 2001. (Coleção Educação em Pauta).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade “deficiente” a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 24, n. 2, jul./dez. 1999.

SKLIAR, Carlos. Inclusão e educação: a inclusão que é “nossa” e a diferença que é do “outro”. *In*: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 15-34.

Recebido dezembro 2022.

Aprovado março 2023.